

↓ Cartas

Guarda municipal

Senhor prefeito, quero saber apenas do meu dinheiro, pelo qual trabalhei, nada mais. Sou pai de família, assim como todos os meus colegas guardas municipais. Tive danos no meu orçamento. Não pude cumprir com minhas obrigações. Os cobradores estão na minha porta, me ligando. Quem pagará pelo prejuízo? E o constrangimento que estou passando? E agora?

No meu cartão-ponto estão marcadas as horas que trabalhei e, portanto, devo receber. Receber o que me pertence. No meu trabalho sempre cumpro com meu dever e me orgulho muito de ser guarda municipal.

Falam em contenção de gastos, economias. Mas que economia é essa? Estão descumprindo uma ordem judicial, ferindo meu direito adquirido. Será que não pararam para pensar que essa economia imediata se refletirá em gastos maiores no futuro? Quantos precatórios vão surgir a partir desta medida? Estão economizando hoje para gastar muito mais amanhã.

Não é com armas, coletes e cursos que nossa auto-estima será elevada. Começa pela valorização e respeito ao próximo. Eu confio na Justiça. Ela enxerga no escuro.

Luis Carlos Matos/Guarda municipal

Trevo do Bom Jesus III

Mais uma vez faço uso deste espaço para demonstrar minha preocupação com o trevo do Bom Jesus. No dia 11/05/07 foi publicada uma carta minha em que expus minha preocupação com o que vinha ocorrendo por lá. Após a publicação a polícia fez duas ocupações no bairro, efetuando cinco prisões, e sobre as quais escrevi outra carta parabenizando e sugerindo que as ações não parassem por aí. No entanto, o que aconteceu no dia 11/09 com aquele jovem nunca tinha ocorrido antes. Isso é inaceitável.

A polícia agiu rápido e prendeu dois suspeitos. Acho que aquele local necessita urgente de um posto da Brigada Militar, só assim resolveríamos o problema definitivamente. Porque este problema já vem de tempo e sem uma vigilância 24 horas por parte da polícia, vai continuar como está. Por conta disso, sr. comandante da Brigada, pense na idéia. Tenho certeza que com um posto policial no local, as ações dos bandidos irão diminuir.

Sebastião R. Pereira/Construtor

CPMF e a “redistribuição” de renda

O resultado de uma pesquisa elaborada pelo IBGE, divulgado na semana passada, revelou que, de 2005 para 2006, o rendimento médio dos trabalhadores aumentou de R\$ 824,00 para R\$ 883,00. Segundo o presidente do IBGE, esse aumento se deu em função do aumento real do salário mínimo e dos programas sociais de benefícios do governo. O que poderia parecer uma ótima notícia esconde a dura realidade. No ano de 2006, cada brasileiro pagou em média R\$ 4.434,68 em forma de tributos. Um aumento de R\$ 447,23 em relação a 2005. A imensa carga tributária brasileira (que só é menor que a de apenas alguns países desenvolvidos) diminui o poder de compra dos salários e o consumo. Só de CPMF, cada brasileiro pagou em média R\$ 171,76 no ano passado (no ano seguinte à criação, essa quantia foi de R\$ 31,85).

A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) foi criada em 1996



e o seu destino seria, supostamente, a saúde pública, que passava por crise na época. Hoje, 11 anos depois, pouco se percebe de melhorias no setor. O que se vê é o direcionamento do recurso arrecadado para outras áreas, como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de onde se originam os benefícios como o Bolsa Família, e demais fundos criados muito depois da instituição do tributo. No ano passado, 79% de todo o investimento no Bolsa Família veio da arrecadação da CPMF.

Com o prazo de vigência prestes a vencer, discute-se agora se será extinta definitivamente ou se continuará existindo “provisoriamente”. Um dos argumentos dos defensores da prorrogação é que a CPMF onera mais as camadas mais ricas da população, proporcionando maior distribuição de renda. Tal afirmativa é falsa. A CPMF incide igualmente sobre as movimentações financeiras das empresas, que repassam esses custos aos consumidores no preço das mercadorias e serviços que oferecem. Mesmo que as

classes mais baixas sejam isentas de pagá-la no recebimento dos salários, acabam pagando, de qualquer maneira, através do consumo. Desse modo, o impacto negativo é ainda maior sobre os pobres, pois impostos incidentes sobre o consumo retiram proporcionalmente mais dos seus bolsos.

A redistribuição de renda implica em o governo, através de coerção, tirar de uns para dar a outros, passando por cima dos direitos individuais, o que já é um grande problema. A CPMF, além disso, no final das contas, faz com que a população de baixa renda acabe financiando parte do benefício que o governo lhe “dá” através dos programas sociais. A proposta para a prorrogação da cobrança da CPMF até 2011 já foi enviada ao Congresso. Resta saber o que os deputados federais e os senadores irão decidir dessa vez.

Elisa Lucena Martins/Estudante de Ciências Econômicas - UFSM

A falência da política antidrogas

Dos tempos em que a maconha e o lança-perfume eram os “best sellers” das drogas muita coisa mudou. Hoje elas estão mais pesadas, diversificadas e acessíveis do que nunca. Só para exemplificar: cocaína, heroína, LSD, ecstasy, crack, sem contar drogas fabricadas em qualquer fundo de quintal a partir de simples antigripais. Para piorar, a ignorância e o preconceito ainda imperam com pais desinformados que se limitam a aterrorizar os filhos com o velha história de que a cocaína mata, a maconha mata, etc. Como se fosse o mesmo que ingerir estricnina e cair duro minutos depois. Sobreviventes como David Bowie, Rolling Stones, Rita Lee, atores mundialmente famosos, muitos galgando os sessenta anos depois de terem feito uso de absolutamente todas as drogas, aos poucos começaram a revelar tais equívocos. E agora? Como explicar ao meu filho que Ozzy Osbourne ainda está vivo?

Este é apenas um dos equívocos que precisa ser desfeito, afinal, quem opina sem argumentos acaba por cair em descrédito. Em



A solução para as drogas, assim como para todos os demais problemas do País, passa obrigatoriamente pela educação e pela família

nossa pequena e “pacata” cidade (São Marcos) com miseros 19 mil habitantes, do início do ano passado até a presente data a Polícia Civil já prendeu em flagrante delito mais de 20 traficantes, um índice que, proporcionalmente, pode superar o percentual de grandes metrópoles como Porto Alegre ou Caxias do Sul. Infelizmente, mesmo onde este trabalho é realizado com dedicação como em nossa comunidade, a prisão de traficantes pouco repercute no mundo do tráfico. Prende-se o marido e a mulher continua a traficar. Prende-se a mulher, o cunhado e o sobrinho tomam o lugar.

Outro mito que deve ser desfeito é de que droga e tráfico são coisas de favelado, daquele

típico bandido lá do morro, ou de que todo criminoso quando age está sob efeito de drogas. Mitos não ajudam a solucionar o problema. É certo que crimes contra o patrimônio e o próprio tráfico muitas vezes são praticados no intuito de obter fundos para aquisição de drogas. Porém, isso só se aplica aos pobres e não ao verdadeiro mercado consumidor, as classes A e B formadas por empresários, profissionais liberais e homens públicos. Graças à ignorância e aos mitos já citados, muitos só percebem que o filho está viciado em alguma droga quando os eletrodomésticos começam a desaparecer de dentro de casa.

Mas o que fazer então? Prender todos os usuários? Se os

presídios, superlotados como estão, possuem entre 10% e 20% da massa carcerária composta por traficantes, imaginem o que aconteceria se fôssemos encarcerar todos os usuários. O tráfico, assim como o furto, jamais terá fim enquanto houver clientela disposta a comprar. A solução para as drogas, assim como para todos os demais problemas do País, passa obrigatoriamente pela educação e pela família. É urgente que nossas escolas tenham programas de educação voltados para a prevenção e educação para as drogas e que se invista em clínicas para o tratamento dos dependentes. Outro dia um menor, autor confesso de dezenas de furtos e cuja dependência do crack é notória, me declarou que faz uso da droga desde os 12 anos. Portanto, viciado há cinco anos. A mãe, semi-analfabeta, teve um filho com cada homem que conheceu. Da vasta prole gerada nenhum foi além da quinta série – faltaram família e educação. Será que a cadeia poderá suprir essa lacuna?

Glemerson Arandes Essi/Policial Civil arandesessi@bol.com.br



Gazeta do Sul

Propriedade da
GAZETA DO SUL S.A.
Fundada em 26/01/1945
CNPJ 95.424.834/0001-30

Rua Ramiro Barcelos, 1.206
Caixa Postal 118 | CEP 96.810-900
Fone: 3715-7800 | Fax: 3715-7863
Fax/Redação: 3715 7944
www.gazetadosul.com.br

direcao@gazetadosul.com.br
redacao@gazetadosul.com.br
publicidade@gazetadosul.com.br
assinaturas@gazetadosul.com.br

ANDRÉ LUÍS JUNGBLUT
DIRETOR PRESIDENTE

ROMEU INACIO NEUMANN
DIRETOR SECRETÁRIO

PAULO ROBERTO TREIB
DIRETOR INDUSTRIAL

RAUL JOSÉ DREYER
DIRETOR COMERCIAL

JONES ALEI DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MARIA ROSILANE ZOCH ROMERO
CHEFE DE REDAÇÃO

Porto Alegre: Grupo de Diários, Rua Garibaldi 659, sala 102, Bairro Floresta CEP 90035050 - Fone/Fax: 3221 3290-e-mail: diarios@grupodediarios.com.br Site: www.grupodediarios.com.br

Vera Cruz: Rua Martim Francisco, 72 - Fone 3718-1312
Candelária: Rua Botucaraí, 509 - Fone 3743-3662
Venâncio Aires: Júlio de Castilhos, 785 - Fone 3741-2263
Rio Pardo: Rua Andrade Neves, 918 - Fone 3731-1518

Gazeta do Sul não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados e não devolve originais, publicados ou não.

Artigos e cartas para este espaço devem conter nome completo, profissão e endereço do autor, além de telefone para contato (se possível). O envio pode ser feito por fax (3715 7944) ou pela internet (angela@gazetadosul.com.br). O simples envio não garante a publicação.